

O CAMINHO REAL DE MATO GROSSO: UMA FONTE DE REGISTROS TOPONÍMICOS

EL CAMINO REAL DE MATO GROSSO: UNA FUENTE DE REGISTROS TOPONÍMICOS

ROMUALDO POVROZNIK JUNIOR

Doutorando em Geografia da UNEMAT - Universidade do Estado de
Mato Grosso, Cáceres / MT
povroznikromualdo@gmail.com

JANUZIA FLORÊNCIA BATISTA MULARI

Mestranda em Geografia da UEG - Universidade Estadual de
Goiás, Cidade de Goiás / GO
batistajanuzia7@gmail.com

ANDRÉ LUIZ RIBAS DE OLIVEIRA

Docente do Mestrado em Engenharia Agrícola da UEG - Universidade Estadual de
Goiás, Anápolis / GO
andre_luiz_ueg@yahoo.com.br

VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

Docente do Mestrado em Geografia da UEG - Universidade Estadual de
Goiás, Cidade de Goiás / GO
profvandervilson@yahoo.com.br

Resumo: As toponímias do Caminho Real de Mato Grosso registram a colonização portuguesa e a interação entre colonizadores e indígenas. Elas incluem nomes de origem portuguesa, indígena e descritiva, marcando a apropriação do espaço na rota geohistórica. O estudo baseia-se nas pesquisas de Dick (1990; 1992) sobre toponímias que são encontradas no Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso e nos relatos de viajantes / exploradores do Caminho Real de Mato Grosso. Objetivo do estudo foi analisar as toponímias do Caminho Real de Mato Grosso reportadas pelo Atlas Toponímico de Mato Grosso e pelos relatos de viajantes que refletem na interação humana com a geodiversidade e biodiversidade locais. O Rio Araguaia, onde está a cidade de Araguaiana no Mato Grosso, foi um caminho importante para exploradores como Marechal Rondon e outros. Araguaiana, rica em geodiversidade, é considerada um Patrimônio Natural e Cultural de Mato Grosso. Exploradores e viajantes registraram nomes de localidades como Taquaral e Sangradouro. Taquaral, um rio que nasce na Serra do Taquaral, é conhecido pela sua beleza natural. Sangradouro, habitado por comunidades indígenas, possui um valor histórico significativo, devido à sua nomeação há quase trezentos anos. Outros locais importantes são os rios São Lourenço e Manso, também registrados por exploradores e viajantes. A Estação Telegráfica em Campo Verde / MT é um símbolo de cultura e geohistória. A escolha dos nomes de lugares reflete vários fatores socioculturais, mostrando que a toponímia não é aleatória. Estudos toponímicos podem reunir diversos aspectos, como geohistória e geodiversidade, ajudando a entender melhor a importância dos nomes dos lugares.

Palavras-Chave: Exploradores / viajantes, Topônimos, Ambientes físico-naturais; Mato Grosso.

Resumen: Las toponimias del Camino Real de Mato Grosso registran la colonización portuguesa y la interacción entre colonizadores e indígenas. Incluyen nombres de origen portugués, indígena y descriptivo, lo que marca la apropiación del espacio en la ruta geohistórica. El estudio se basa en las investigaciones de Dick (1990; 1992) sobre los topónimos que se encuentran en el Atlas Toponímico del Estado de Mato Grosso y en los relatos de viajeros/exploradores del Camino Real de Mato Grosso. El objetivo del estudio fue analizar las toponimias del Camino Real de Mato Grosso recogidas en el Atlas Toponímico de Mato Grosso y en los relatos de viajeros que reflejan la interacción humana con la geodiversidad y la biodiversidad locales. El río Araguaia, donde se encuentra la ciudad de Araguaiana en Mato Grosso, fue una vía importante para exploradores como el comandante militar Rondon y otros. Araguaiana, rica en geodiversidad, es considerada Patrimonio Natural y Cultural de Mato Grosso. Exploradores y viajeros registraron nombres de localidades como Taquaral y Sangradouro. Taquaral, un río que nace en la Serra do Taquaral, es conocido por su belleza natural. Sangradouro, habitado por comunidades indígenas, tiene un valor histórico significativo, debido a su nombramiento hace casi trescientos años. Otros lugares importantes son los ríos São Lourenço y Manso, también registrados por exploradores y viajeros. La Estación Telegráfica en Campo Verde / MT es un símbolo de cultura y geohistoria. La elección de los nombres de los lugares refleja varios factores socioculturales, lo que demuestra que la toponimia no es aleatoria. Los estudios toponímicos pueden reunir diversos aspectos, como la geohistoria y la geodiversidad, lo que ayuda a comprender mejor la importancia de los nombres de los lugares.

Palabras clave: Exploradores / viajeros, Topónimos, Entornos físico-naturales; Mato Grosso.

O caminho introdutório

As toponímias (nomes de lugares) do Caminho Real de Mato Grosso são um registro linguístico e histórico da colonização portuguesa, das bandeiras e da ocupação do território, refletindo a interação entre os colonizadores, as populações indígenas e o ambiente físico. Elas incluem nomes de origem portuguesa, indígena e descritiva (Teixeira Neto, 2001; Póvoas, 1982).

A toponímia refere-se ao estudo dos nomes próprios de lugares (topônimos). No contexto do Caminho Real de Mato Grosso, esses nomes marcam a apropriação do espaço e a memória dos eventos e características naturais encontradas ao longo da rota que ligava o Arraial de Cuiabá a Goiás e, posteriormente, ao restante do Brasil colonial (Siqueira, 2002; Póvoas, 1982; Teixeira Neto, 2001).

“O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, históriopolítico e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo” (Andrade; Bastiani, 2012, p. 170). As mesmas autoras (2012, p. 170) afirmam que “é através dos “nomes” que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de “cristalizar” conceitos”.

Nesse caminho,

A investigação da toponímia de um determinado espaço geográfico pode revelar, dentre outras características, traços da cultura e de valores regionais que facilmente se distinguem, se comparados os dados de uma região com outra, ou podem evidenciar traços similares que contribuem para o delinear de tendências na toponímia de uma determinada localidade, região. Em síntese, a toponímia favorece a identificação não apenas do espaço geográfico, mas também de características da atividade de nomeação realizada por um determinado grupo humano, um povo (Oliveira; Isquardo, 2017, p. 59-60).

Para Dick (1992, p. 22), “a pesquisa toponímica revela a crônica de um povo e o seu testemunho histórico”. Nesse cerzimento, Dick (1990; 1992) construiu postulados teóricos para o estudo da toponímia brasileira que inclui um modelo de classificação de topônimos, organizado em duas grandes categorias: taxonomias de natureza física e taxonomias de natureza antropocultural. Para tanto, considerou o eixo da natureza e o eixo da cultura, eixo esse tomado como produto do homem.

O Caminho Real de Mato Grosso - rico em topônimos ao olhar de Dick (1990; 1992) - foi percorrido por diversos naturalistas e exploradores, especialmente no século XIX, que documentaram a rica fauna, flora e geografia da região. Entre os mais notáveis estão os participantes da Expedição Langsdorff, além de outros viajantes como Auguste de Saint-Hilaire e Johann Emanuel Pohl.

Enfatiza-se também que o governo brasileiro teve interesse em promover incursões em seu território, escolheu personagens que andaram pelas terras descobertas onde se inclui o sertão de Mato Grosso. Nas ¹“andanças” regionais pelo Mato Grosso identificou-se a história de alguns viajantes / exploradores. Nesse conjunto citamos os nomes de Luís D’Alincourt, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, José Vieira Couto de Magalhães, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Assim, sabe-se que:

1. Luís D’Alincourt foi um militar e engenheiro português que, no século XIX, teve um papel crucial no reconhecimento e na descrição do Caminho Real de Mato Grosso. Ele documentou a rota terrestre que ligava o porto de Santos à cidade de Cuiabá, um trajeto vital para a comunicação e o escoamento de riquezas da província (D’Alincourt, 2006).

¹ Caminho que os exploradores faziam pelos sertões do estado de Mato Grosso.

2. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi um engenheiro militar e sertanista, que não atuou diretamente na criação do histórico Caminho Real de Mato Grosso, que remonta ao período colonial. No entanto, suas expedições de construção de linhas telegráficas no final do século XIX e início do século XX, que visavam integrar o interior do Brasil, sobrepuseram-se e modernizaram rotas já existentes, incluindo trechos ou regiões próximas ao antigo traçado do Caminho Real (Magalhães, 1930; 1942).

3. José Vieira Couto de Magalhães foi um militar e político que teve um papel crucial na exploração e integração das vias fluviais do interior do Brasil, que eram, na prática, o equivalente ao “Caminho Real” para a província de Mato Grosso no período imperial. Foi uma figura fundamental para estabelecer e documentar rotas de comunicação e transporte na vasta região centro-oeste e norte do país, ou seja, a ligação com o Mato Grosso dependia predominantemente das extensas e complexas bacias fluviais do interior, como as dos rios Araguaia e Tocantins (Magalhães, 1938).

4. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi o quarto governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso (1772-1789) e é considerado o grande consolidador do domínio português na fronteira oeste do Brasil. Nesse aspecto, a sua relação com o Caminho Real de Mato Grosso fundamentou-se na necessidade estratégica de interligar a capitania ao restante da colônia por terra, reduzindo a dependência exclusiva das perigosas rotas fluviais. Destaca-se também que foi o governador que mais percorreu o território de Mato Grosso, sendo responsável por abrir e consolidar picadas e estradas que ligavam a então capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, a Cuiabá e Goiás. Promoveu o levantamento cartográfico detalhado da região, registrando as rotas que formavam o Caminho Real de Mato Grosso e, esses estudos geográficos garantiram que as fronteiras brasileiras permanecessem “intocáveis” frente às pretensões espanholas (Oliva, 2003; Neves, 2024).

A trajetória e a função de cada uma dessas pessoas acima de alguma forma contribuíram na cultura e desenvolvimento da nação brasileira, cada um com seu objetivo exerceram de forma competente suas tarefas no contexto histórico do momento, sejam elas de cunho pessoal ou tarefas que lhe foram atribuídas pelo governo. Mato Grosso até os anos de 1950 tinha uma capital ainda fixada na “selva” - um misto de Cerrado, Pantanal

e de Amazônia - um estado totalmente verde, pouquíssimo povoado (Teixeira Neto, 2001; Siqueira, 2002; Póvoas, 1982).

Segundo Trubiliano (2014, p. 57):

No início do século XX, a rede urbana brasileira, por herança da ocupação econômica dos séculos anteriores, apresentava-se fragmentada, esparsa e nucleada em faixas territoriais próximas à costa litorânea. No interior do país, eram poucas as cidades que somavam mais que cinco mil habitantes, incluindo o Estado do Mato Grosso.

Um Estado que mesmo em tempos imperiais ou coloniais, buscou nesses exploradores / viajantes a motivação para modernização, e a integração de Mato Grosso com todo o Brasil no âmbito da ciência, comunicação, cultura e etc. A locomoção em território mato-grossense era feita através de animais, burros, mulas e bestas, os equipamentos desses viajantes eram carregados por animais, em comitivas compostas por uma quantidade considerada de pessoas, a dificuldade encontrada era imensa, o percurso era longo com datas para a saída sem previsão do dia de retorno, durante as expedições algumas pessoas morriam por motivos diversos, doenças, picadas de cobras, ataques de animais, doenças regionais e até confrontos entre habitantes originários, a direção das jornadas era orientada pelo sol, bacias hidrográficas ou estradas tropeiras (Teixeira Neto, 2001; Siqueira, 2002; Póvoas, 1982).

Para Ertzogue *et al.* (2018, p. 51):

Leite de Moraes fez grande parte da viagem, imerso em sensações de tristeza. Ele conta que se embrenhou pelos sertões do Araguaia, sempre seguindo o curso do rio até o Pará e admitindo não suportar a viagem a cavalo. Afinal qual era o caminho para seu regresso? Quando decidiu pelo trajeto de bote, foi alertado sobre as febres no Araguaia e o cuidado com os índios sempre traiçoeiros e ferozes, as formidáveis cachoeiras do mesmo rio e do Tocantins, os muitos naufrágios de todos os anos, os jacarés e as frequentes insubordinações dos tripulantes dos botes.

As realizações das tarefas foram uma verdadeira epopeia, os exploradores / viajantes colaboraram com o processo de institucionalização da ciência no Brasil como relata Souza (2019, p. 252):

As viagens naturalistas estiveram diretamente ligadas ao processo de institucionalização das ciências no Brasil. O processo de colaboracionismo exercido entre estrangeiros, sobretudo europeus durante o século XIX foi importante na construção da nação brasileira e suas instituições seguiram

modelos, sobretudo francês e alemão de fazer (ciência). O apoio fornecido pelo governo imperial, bem como o financiamento de diversas comissões responsáveis pela escrutinização do território foram fundamentais para o seu conhecimento e a delimitação de suas fronteiras, tanto no que concerne aos estados locais, quanto com as nações circunvizinhas.

Os exploradores / os viajantes encontraram nações de povos originários, cuja presença no Mato Grosso data de tempos imemoráveis. Segundo CIMI e OPAN (1987) o Estado de Mato Grosso sempre foi habitado por muitos povos indígenas, desde tempos imemoriais. Durante milênios, esses povos desenvolveram formas próprias de viver e de trabalhar na terra, de organização social, criando culturas plenamente adaptadas ao meio ambiente, com equilíbrio e sabedoria. Eles, com suas culturas e línguas próprias e com a sabedoria que possuem sobre a natureza, são uma profunda riqueza humana, histórica, social e cultural, não apenas para Mato Grosso, mas para toda a humanidade.

A partir dos registros de toponímias à luz de Dick (1990; 1992) ao longo do histórico Caminho Real de Mato Grosso - centra-se o objetivo deste estudo - pois, fornecem um rico panorama das características físico-naturais, da fauna, da flora e dos primeiros habitantes e colonizadores da região. Estudos acadêmicos e projetos, como o do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso e os relatos dos viajantes/exploradores, documentam os topônimos, que muitas vezes refletem a interação humana com a fisiografia local / geodiversidade do lugar.

O caminho do estudo

O estudo em questão tem como recorte o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso e os relatos dos viajantes/exploradores ao longo do histórico Caminho Real de Mato Grosso. Com a análise e o apoio dado por Dick (1990; 1992) sobre as toponímias registradas no referido Atlas e nos relatos dos viajantes / exploradores (Luis D'Alincourt, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, José Vieira Couto de Magalhães, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres) fulguram como o *corpus* do dito estudo.

A caminhada teórica

O Caminho Real de Mato Grosso, um roteiro histórico e turístico, é crucial para conectar o passado colonial à identidade atual do estado, valorizando a história dos bandeirantes e a exploração de riquezas (como ouro e pedras preciosas) através de trilhas, paisagens naturais (Pantanal, Cerrado, Amazônia) e cultura local, promovendo o ecoturismo, a gastronomia e fortalecendo a economia regional, sendo um elo entre a história e o desenvolvimento sustentável (Teixeira Neto, 2001; Zamariano, 2012; Carvalho, 2012; Isquendo, 2019; Schneider, 2002).

Cabe inferir que o Caminho Real de Mato Grosso, também denominado por guias de turísticos, caminhantes e moradores como “Caminho do Roncador” e “Travessia Serra Azul” - aproveita rotas antigas, utilizadas por indígenas e bandeirantes, para ligar regiões de interesse econômico e estratégico, revelando a história da ocupação territorial (Dargel, 2003; Carvalho, 2012; Isquendo, 2019; Schneider, 2002; Teixeira Neto, 2001).

Nesse sentido, as toponímias do Caminho Real de Mato Grosso possui uma importância fundamental como um registro histórico e cultural duradouro da formação territorial e da identidade regional do Brasil Central. Ela reflete o processo de ocupação, a economia colonial, as interações entre diferentes culturas e a estratégia de dominação portuguesa (Dargel, 2003; Carvalho, 2012; Isquendo, 2019; Teixeira Neto, 2001).

A análise das toponímias não é apenas um estudo linguístico; é uma ferramenta essencial para a compreensão profunda da História, da Geografia, da Geodiversidade e da formação da sociedade mato-grossense e, por extensão, do Brasil, servindo como um elo tangível entre o passado e o presente (Teixeira Neto, 2001; Carvalho, 2012; Isquendo, 2019; Zamariano, 2012).

O jornalista Lemmos Ribeiro, do Portal Amazônia, em letras garrafais “*CAMINHO REAL: LEI DEFINE VALOR HISTÓRICO DE CAMINHO PERCORRIDO POR D. JOÃO VI NO MATO GROSSO*”, reporta em 14 de fevereiro de 2024, que:

[...] O governo de Mato Grosso sancionou, em janeiro deste ano, a Lei n. 12.399/2024², [...] e agora Mato Grosso caminha para entrar no rol dos Estados que ofertam “passaporte real” com a definição de traçados de valor histórico a aporte turístico.

O mesmo jornalista (2024, doc. Eletrônico), veicula que:

A rica história do Caminho Real, que deu origem a diversos estudos e tratados e agora norteia o projeto da primeira estrada real mato-grossense, iniciou-se em 1818, quando o engenheiro e oficial real Luís d’Alincourt descreveu o caminho que foi percorrido por D. João VI ao chegar ao Brasil.

A notícia ainda segue dizendo que “de acordo com a Lei, a rota percorrerá 11 municípios: Barra do Garças, General Carneiro, Tesouro, Poxoréu, Primavera do Leste, Dom Aquino, Jaciara, Campo Verde, Chapada dos Guimarães e Cuiabá”. Menciona também que “o Caminho Real vai resgatar as tradições, destacando as belezas e riquezas locais, além de fomentar o turismo e agregar o setor econômico” (Ribeiro, 2014, doc. eletrônico).

Entende-se então a questão:

Em virtude de ocupar um determinado espaço físico e precisar se dispor geograficamente no ambiente, o homem tem a necessidade de nomear o ambiente físico-social que o cerca, sendo esta uma condição *sine qua non* para a garantia de sua própria sobrevivência (Carvalho, 2011, p. 1).

Carvalho (2011, p. 2) assegura que:

Estudar o processo da nomeação das coisas existentes é viajar no tempo e no espaço para perceber que, no processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram cristalizados e eternalizados, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome obtiveram a sua existência.

Concorda-se com Coromines (1965, tradução nossa), pois, o estudo dos nomes de lugares é um dos temas que mais despertam a curiosidade de acadêmicos e até mesmo do público em geral. Isso é perfeitamente natural. Esses nomes são aplicados ao patrimônio que possuímos, à montanha que define nosso horizonte, ao rio de onde tiramos água, à cidade onde nascemos e que amamos acima de todas as outras, à região, país ou estado

² <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-12399-2024-mato-grosso-institui-o-caminho-real-localizado-entre-os-municipios-de-araguaiana-e-cuiaba-como-rota-turistica-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=plano+de+cargos+e+sal%C3%A1rios> (2024).

que molda nossa vida coletiva. A humanidade, que desde os primórdios questiona a natureza de tudo o que vê e sente, não poderia também se perguntar sobre esses nomes que estão constantemente na boca de todos?

Nos rincões do Mato Grosso, Magalhães (1938, p. 99) descrevia:

Hoje, a tarde, contemplava estas solidões, quando notei além, e muito ao longe, algumas columnas de fumaça. Que é aquilo? 'perguntei eu. Ao poente_ . responderam me, são as aldeias dos Chavantes do rio das Mortes; ao sul, as dos Caiapós; ao norte, as dos Canoeiros. Os primeiros são os que infestam a estrada de Cuyabá; os segundos, robustos e ferozes, declaram que dos brancos só desejam ver o sangue; os terceiros combatem sem recuar, não dão tréguas ao inimigo e nem aceitam a vida, quando por acaso são presos. Era severa e melancolica essa scena. Havia naquellas columnas cinzentas, que se erguiam no ar limpido e transparente, no meio do silencio absoluto daquellas solidões, um não sei quê de tão incerto e vago, que apertava o coração e abatia o espírito. Que encerrarão estes desertos? Florestas virgens, ermas campinas, paludes, serras, rios caudalosos, valladas silentes, grutas profundas cujos écos não foram ainda acordados senão pelo grito selvagem do índio, ou pelo urro medonho da pantera? Quantas riquezas não dormirão ahi occultas? Tudo é mysterio! O pé de sertanista ousado nunca imprimiu seu rasto na areia destes desertos.

Os trabalhos de implantação da primeira tecnologia na área de comunicação em solo do estado de Mato Grosso aconteceram através do Marechal Cândido da Silva Rondon como conta Rohter (2019, p. 84):

Apenas dois dias antes do Natal de 1889, mesmo antes de suas promoções serem anunciadas, quando estava prestes a se formar na Escola de Guerra, mas tecnicamente ainda era alferes-aluno, Rondon ganhou sua primeira missão como oficial: recebeu ordens de integrar uma unidade de engenharia e construção que, tão logo cessasse a estação chuvosa, retomaria as obras de uma linha telegráfica de Cuiabá ao estado do Goiás e o rio Araguaia, a leste, iniciada durante o Império, mas paralisada por problemas logísticos e de engenharia, além de confrontos com grupos indígenas hostis.

No ano de 1818 saiu da cidade de São Paulo, o engenheiro militar Luis D'Alincourt com a missão de realizar o mapeamento da estrada que ligava São Paulo a Cuiabá e dedicou esse precioso trabalho ao Imperador.

Não é vontade de inculcar-me autor, nem vaidosos pensamentos me figuram esta obra digna de ser oferecida a V. M. I.; não, Senhor, o amor-próprio não me fascina a ponto de ignorar a curta esfera de minhas luzes, e a escassez de meu talento. Mas o contar com o acolhimento benévolo, que V. M. I. costuma dar aos que se abrigam à sua egrégia sombra, me anima a dedicar a V. M. I. o meu imperfeito trabalho. Da indulgente censura dos sábios obterão desculpa os erros de um cidadão militar, que, à face do mundo inteiro, protesta adesão ao Império, amor, e obediência a V. M. I.; protesta adesão ingênua, verdadeiro timbre daquelas almas, que firmemente se dedicam à grande causa do Brasil.

Reverente beija as Mãos Augustas de V. M. I. LUÍS D'ALINCOURT
Sargento-mor engenheiro (D'Alincourt, 2006, doc. eletrônico).

D'Alincourt - em 1818 - descreveu o caminho percorrido por D. João VI, o que mais tarde norteou o projeto da primeira estrada real mato-grossense, tendo como produto a obra “MEMÓRIA SOBRE A VIAGEM DO PORTO DE SANTOS À CIDADE DE CUIABÁ” (publicada em 1826), um relato detalhado e importante para a compreensão da sociedade e da geografia da região na época. A Estrada Real, em geral, foi um sistema de estradas oficiais construídas pela Coroa Portuguesa para ligar as regiões produtoras de minérios (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) aos portos do litoral, como Paraty e Rio de Janeiro. O trabalho de Alincourt inseriu-se nesse esforço de organização e controle territorial.

As águas mato-grossenses também foram navegadas por expedições como a de José Vieira Couto de Magalhães, a inserção de exploradores no Brasil após a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX cresceu de forma considerada, como consequência os trabalhos científicos ganharam publicidades desde então, Mato Grosso continuou como destino certo:

A subida do porto faz-se por uma espaçosa e cômoda barranca, toda empedrada. A cidade de Cuiabá está distante três quartos de léguas do porto, mas vai se ligando a este por uma série de edifícios e estabelecimentos intermediários, sendo de esperar-se que logo não formem mais que um só corpo. Nesse espaço intermédio está situado o arsenal de guerra, edifício grandioso levantado sobre uma lombada. Contém todo o material de mestrança e funciona com inteligência e regularidade. À sua frente, formada por uma espaçosa praça, está-se terminando a construção de uma cadeia, edifício de primeira qualidade no qual não só se encontram os objetos de gosto e da arquitetura, como também as necessidades de comodidade, segurança e higiene. Esta obra faz-se sob a direção de meu amigo, o inteligente Dr. Herculano Carlos Ferreira Pena, primeiro-tenente do corpo de engenheiros, atualmente em comissão ativa em Mato Grosso, e o mesmo que dirige a construção de um belo edifício sobre o rio Coxipó, destinado à fabricação de pólvora. Desde a barranca do rio, o terreno vai sempre elevando-se e formando uma série de altos, quebradas e descidas. Sobre este terreno tão acidentado e irregular, está edificada Cuiabá (Bossi, 2008, p. 56-58).

José Vieira Couto de Magalhães descreveu o trajeto da Cidade de Goiás até o Araes em 1865 (Magalhães, 1938) (figura 1).

Figura 1. Registro das toponímias de José Vieira Couto de Magalhães, 1865.

VIAGEM AO ARAGUAYA		197
As distâncias são as seguintes:		
De Goyaz ao Rio Claro	22	leguas
Do Rio Claro ao Porto do Rio Grande	30	"
Do Rio Grande ao Taquaral	12	"
Do Taquaral ao Passa-Vinte	12	"
Deste aos Araés	15	"
	91	leguas

Fonte: Magalhães, 1938.

Spix e Martius (2017, p. 214) menciona que:

O descobrimento e a exploração das ricas minas de Vila Bela (1735) aumentou a afluência dos colonos. No ano de 1736, foi aberta uma estrada partindo de Goiás, cujas minas haviam sido descobertas doze anos antes. Mil e quinhentas pessoas abandonaram essas minas para se enriquecerem ainda mais depressa em Mato Grosso.

Assim, Manizer (1967, p. 72) relata que:

A ideia inicial era a de se dirigirem a Cuiabá, capital de Mato Grosso, pelo chamado Caminho de Goiás, mas em vista de ser muito dispendioso esse itinerário e muito pesada a bagagem, Langsdorff decidiu aproveitar a via fluvial - precisamente aquela via que já nos séculos XVII e XVIII fora utilizada para a penetração no fundo do país (o chamado sertão). Começou-se pelo ribeiro Cubatão, de onde as mercadorias foram transportadas por terra à cidade de São Paulo, e daí a Porto Feliz pelo rio Tietê.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que veio para governar Mato Grosso no ano de 1772 descreveu em seu diário o trajeto de Araguaiana a Cuiabá com as seguintes toponímias na figura 2.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general da Capitania de Mato Grosso (1772–1789), realizou trajetos extensos para consolidar as fronteiras portuguesas. A sua representação de trajeto mais significativa inclui a viagem inicial de 1772, partindo do Rio de Janeiro rumo a Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital da capitania. Este percurso está detalhado no documento histórico “Diário de uma viagem feita do Rio de Janeiro até Vila Bela”, em 1775 (Freyre, 1978; Oliva, 2003; Neves, 2024).

Data	Nomes dos Lugares	Lugars
67	Rio Grande.....	5 98
68	Lages.....	3 98
69	Raizama pequena.....	3 98
70	Taquaral piqueno.....	5 98
71	Lages da Serra.....	5 98
72	Taquaral grande.....	4 98
73	Pilaos.....	5 98
74	Queimada das Perdizes.....	5 98
75	Cerro d'Areia.....	6 98
76*	Coveado do Rio das Moitês.....	3 99
77	Ribeirão Fundo.....	5 100
78	Sangradouro grande.....	5 101
79	Campo da Lagoa grande.....	3 102
80	Ponte Alta.....	4 103
81	Ribeirão da Raizama.....	4 104
82.	As nes barras.....	3 105
83	Junto das Vertentes.....	5 106
84	Sucuriú.....	2 107
85	Cerro entre as Parnaibas.....	4 108
86	Campo dos Porruços.....	6 109
87	Jatuba.....	3 110
88	Rio Manco.....	4 111
89	Lagoinha.....	6 112
90	Guimarens.....	5 113
91	Lavras do Cristal.....	5 114
92	Quibã.....	4 115

O recorte temporal do ano de 1770 e 1891 se fundamenta primeiro no mapa da obra de Amado e Anzai (2014) (figura 3).

[illegible]

Fonte: Amado e Anzai, 2014.

A figura 3 traz a ilustração concreta da passagem de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres pela atual rodovia BR 070 justificando a escolha temporal na década de sua vinda para o atual estado de Mato Grosso. O ano de 1891 foi escolhido pela elaboração da primeira Constituição Brasileira findando formalmente o sistema monárquico no Brasil.

Barbosa e Silva (2024, p. 27) enfatiza que:

A breve existência da Constituição de 1891 e também seus aspectos mais controversos não impedem uma avaliação positiva na reorganização de um Estado ainda muito marcado por fortes traços coloniais e oligárquicos. As etapas iniciais na relação entre os diferentes Poderes da República e as origens da defesa de direitos fundamentais de participação e de cidadania presentes em um texto constitucional são marcos absolutamente relevante para uma Carta produzida e testada na prática em meio a tantas transformações na ordem política e social.

Em 1818, em uma obra publicada no ano de 1825 dedicada ao imperador Dom Pedro I, o mesmo trajeto feito por Luiz de Albuquerque foi descrito por D'Alincourt (2006) (figura 4).

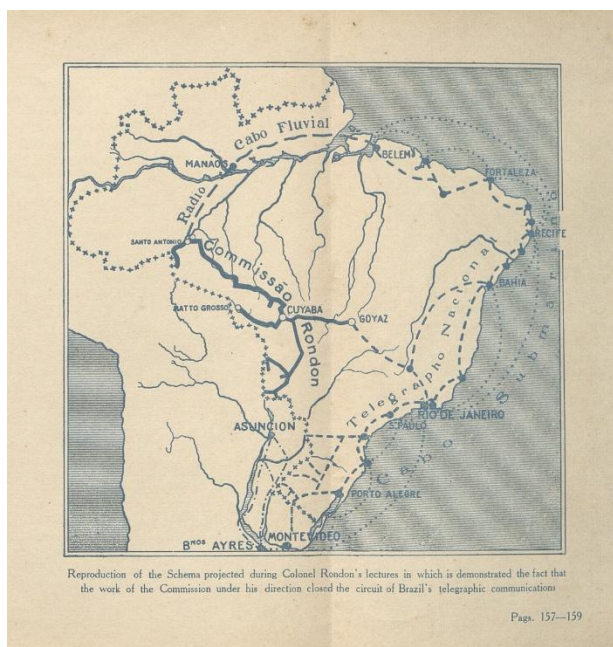
Figura 4. Registro das toponímias de Luis D'Alincourt, 1818.

DISTÂNCIA DE POUSO A POUSO DESDE O REGISTO DO RIO GRANDE ATÉ À CIDADE DO CUIABÁ	
Do rio Grande à Estiva	1
Da Estiva à Ponte Alta	3
Da Ponte Alta à Insua	3
Da Insua ao Taquaral	3
Do Taquaral ao pouso Alto	2
Do Pouso Alto ao Passa-Vinte	3 1/2
Do Passa-Vinte ao pouso do Cotovelo	5
Do Cotovelo, ao Taquaral das Violas	4 1/2
Das Violas, ao Jatubá	3
Do Jatubá às Lajes	3
Das Lajes ao Paredão	5
Do Paredão ao Cabeça de Boi	4 1/2
Do Cabeça de Boi ao Sangradouro	4
Do Sangradouro ao Sangradourinho	2 1/2
Do Sangradourinho à Água Branca	3 1/2
Da Água Branca aos Dois Irmãos	4 1/2
Dos Dois Irmãos ao Securi	4
Do Securi ao Alecrim	5
Do Alecrim ao rio S. Lourenço	5
Do S. Lourenço ao Albuquerque	2
Do Albuquerque ao rio Manso	5
Do rio Manso ao pouso da Bocaina	5
Da Bocaina à aldeia de Santana	4
De Santana ao fim da serra da Chamada	2
Do fim da serra à passagem do Cuxipó-mirim	3
Do Cuxipó à cidade do Cuiabá	3
Soma total das léguas desde o Rio Grande até Cuiabá	93
Soma total das léguas da cidade de Goiás à do Cuiabá	143 3/4
Soma total das léguas da cidade de S. Paulo à do Cuiabá ...	355 3/4

Fonte: D'Alincourt, 2006.

Domingues (2010) relata que as atividades da Comissão Rondon se desenvolvia nos rincões do Mato Grosso e arrabaldes, porém, desde maio de 1910 funcionava no Rio de Janeiro - o escritório central chefiada por Amílcar Botelho de Magalhães³ - onde redigiam relatórios, administravam o pessoal, compravam suprimentos, autorizavam pagamentos, revelavam filmes e fotografias e organizavam, para a posteridade, os arquivos da Comissão Rondon (figura 5).

Figura 5. Registro do trajeto dos telégrafos de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.



Fonte: Bezerra (2018; 2024).

Uma relação geral das publicações da Comissão Rondon foi organizada em 1920 e consta o capitão do Exército - Amílcar Botelho de Magalhães - como autor de “Impressões da Comissão Rondon”, em 1942 (Domingues, 2010).

A contribuição de viajantes e exploradores para as toponímias de Mato Grosso é significativa, embora a maior parte dos nomes de lugares na região tenha origem indígena e descrições geográficas dadas pelos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis. A principal contribuição dos viajantes e naturalistas não foi a criação de novos





³ Amílcar Botelho de Magalhães, capitão do Exército Brasileiro - foi um dos principais colaboradores de Rondon, com participação em diversas etapas da construção da linha telegráfica e na Expedição ao Rio da Dúvida.

nomes, mas sim o registro e a divulgação do conhecimento sobre uma região inóspita, um vazio demográfico e desconhecida para o mundo europeu, preservando as toponímias locais existentes em seus mapas e relatos (Cardoso, 1961; Bezerra, 2008; Trubiliano, 2012; Póvoas, 1982).

O caminho dos resultados e discussão

O uso do trajeto do Caminho Real foi utilizado de forma oficial pela Coroa Portuguesa através dos exploradores / viajantes na figura 6.

Figura 6. Registro dos exploradores e viajantes que percorreram o Caminho Real em Mato Grosso.

Lugares registrados pelos exploradores cada qual em sua época. Algumas toponímias perpetuaram nos mapas da atualidade			
			
Cândido Mariano da Silva Rondon	José Vieira Couto de Magalhães	Luis D'Alincourt	Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres
1890	1865	1818	1772
1 Registro do Araguaia	1 Rio Grande	1 Rio Grande	1 Rio Grande
2 General Carneiro	2 Taquaral	2 Córrego Insua	2 Córrego Taquaral
3 Coronel Ponce	3 Passa-Vinte	3 Córrego Taquaral	pequeno
4 Sangradouro	4 Araes	4 Passa Vinte	4 Córrego Taquaral grande
5 São Lourenço		5 Paredão	5 Ribeirão areia
6 Rio Manso		6 C. Cabeça de Boi	6 Córrego Sangradouro
		7 C. Sangradouro	7 Jatoba
		8 C. Sangradourinho	
		9 Rio São Lourenço	
		10 Rio Manso	
		11 Aldeia de Santana	
		12 Serra da Chapada	
		13 Coxipó Mirim	
		14 Cuyabá	
Indigenista e engenheiro Imperial	Escritor e engenheiro Imperial	Pesquisador e engenheiro Imperial	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real

Fonte: adaptado pelos autores, 2025.

A toponímia do Rio Araguaia quando conhecido por Rio Grande foi registrada por Alencastre (1864, p. 114):

[...] Principiando, pois, nas cabeceiras do rio das Mortes da linha da divisão, fica pela parte do oeste dividida esta capitânia da de Mato Grosso pelo rio das Mortes, seguindo a sua corrente e a daqueles em que se mete, que por maiores o fazem perder o nome, com é primeiramente um rio chamado Rio Grande (Araguaia), que a 8 dias de viagem, indo de Goiás para Cuiabá, se passa, o qual corre do sul para o norte [...].

A identificação da cidade de Araguaiana no Mato Grosso como o lugar do registro do Araguaia é evidenciada por D'Alincourt (2006, p. 97):

Nas margens do rio Grande, da parte do Cuiabá, está um registro, com um pequeno destacamento, que pertence a esta cidade e alguns moradores pobres: passa-se o rio em uma barca, e paga-se o tributo competente à Fazenda Pública de Goiás. Daqui a Goiás são 50 $\frac{3}{4}$ de léguas. À saída do registro do Araguaia, corre um ribeirão [...].

Fazendo a análise da figura 6 acima a toponímia comum entre todos os exploradores e viajantes é justamente o rio Grande que atualmente é denominado de rio Araguaia, o lugar mais preciso onde os exploradores se referem e percorreram trata-se da cidade de Araguaiana / MT, situada na margem esquerda desse rio, localidade outrora conhecida como Registro do Araguaia.

Em seguida e citado por três exploradores / viajantes vem a toponímia Taquaral que corresponde a um córrego na atualidade localizado em Barra do Garças / MT e a toponímia Sangradouro no município de General Carneiro / MT que representa o córrego que contem em suas margens a Reserva Indígena Sangradouro.

Seguindo a análise temos as toponímias registradas por dois exploradores que são as localidades do Rio São Lourenço onde hoje está o patrimônio da Estação Telegráfica Coronel Ponce e a localidade do Rio Manso situada nas cabeceiras do conhecido rio das Mortes na confluência da rodovia BR 070, ambas no município de Campo Verde / MT.

Carvalho (2012, p. 7- 8) considera que:

A toponímia constitui-se como relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço pelos grupos culturais. É ainda um poderoso elemento identitário porque articula história, linguagem, política territorial e identidade. A sua análise permite entrever o léxico falado e escrito que camufla a memória das tradições e dos valores da identidade de um povo. A importância da utilização dos relatos de viagens para a compreensão das motivações

toponímicas e das mudanças linguísticas ocorridas fez emergir a perspectiva de uma análise para além da literatura, em que os textos se transformaram em fontes comprobatórias e em significativos documentos que forneceram não somente dados políticos e econômicos, mas também preciosas informações linguísticas sobre o corpus pesquisado.

Por fim, nota-se que as toponímias do Vale do Araguaia em Mato Grosso refletem uma rica mistura de influências indígenas, aspectos geográficos / históricos e o processo de colonização e ocupação da região ao longo dos séculos.

O caminho das considerações finais

O lugar mais comum por onde Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, José Vieira Couto de Magalhães, Luis D' Alincourt, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres passaram foi justamente o Rio Araguaia, onde hoje se encontra a cidade de Araguaiana no Mato Grosso, conhecida em tempos reais e imperiais como o rio Grande, Registro da Insua e Rio Araguaia, hoje Araguaiana é indicada por este trabalho para ser referência de valores da geodiversidade no Mato Grosso. O registro das toponímias na cidade feito pelos exploradores citados nesta obra possibilitaram considerar Araguaiana como referência nas viagens longínquas pelo caminho com destaque na geopolítica.

O objetivo da Corte Real era promover a construção e estabilidade do território brasileiro utilizando este caminho, o que podemos considerar Araguaiana / MT como Patrimônio Natural e Cultural do Estado e do Brasil.

Em segundo lugar, as toponímias, ou seja, os lugares registrados em comum pelos exploradores José Vieira Couto de Magalhães, Luis D' Alincourt e Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foram Taquaral e Sangradouro. Taquaral é o nome do rio que nasce na Serra do Taquaral hoje no Município de Barra do Garças / MT, lugar por onde o caminho real seguia, este rio e a Serra são de belezas ímpares, e agregam valores de patrimônio natural. Sangradouro era bem conhecido na época imperial pelas nações indígenas que habitavam o lugar, e se localiza hoje no município de General Carneiro / MT, o fato deste lugar na atualidade ser habitado pelas nações indígenas e com área demarcada pelo Governo Federal, e a Toponímia ser a mesa registrada há quase trezentos

anos torna o lugar muito especial podemos dizer que em Sangradouro temos originalidade na Língua falada, no Patrimônio Natural e Cultural de forma absoluta.

Na terceira colocação as toponímias e lugares registrados em comum pelos exploradores: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Luis D'Alincourt foram; São Lourenço e Rio Manso ambos se localizam no município de Campo Verde MT. As cabeceiras do Rio São Lourenço nascem próximas a Cidade de Campo Verde na Serra Grande por onde o Caminho Real passava, e neste lugar a expressão e o cuidado do povo brasileiro pela cultura e história se demonstrou gigante, foi reconstruída uma réplica de uma antiga Estação Telegráfica edificada no final do século XX por um descendente das etnias indígenas Bororos e Terenas e ali a Estação está aberta para visitantes exercendo valores para educação, cultura e turismo. A localidade do Rio Manso, nome do rio que mais a jusante deste ponto chama-se Rio das Mortes, se encontra a rodovia BR 070, lugar muito movimentado pela circulação de veículos, e merece uma sinalização de Patrimônio Natural.

Há distintos fatores para a denominação de um lugar e é porque há vários agentes motivadores na base do nome destes lugares, demonstrando que a escolha dos nomes não é algo aleatório e impessoal, evidenciando que o território não se limita a uma demarcação geográfica, pois traz consigo elementos socioculturais de toda a população que ali se instala (Lobo; Ribeiro, 2024).

Os estudos toponímicos, vale ressaltar, que por meio da toponímia podemos, realizar um estudo interdisciplinar, envolvendo os aspectos geográficos, a geodiversidade que envolvem determinado nome é possível estudar a geohistória e tantos outros aspectos que esse nome carrega consigo (Lobo; Ribeiro (2021).

A caminhada com base nas referências

ALENCASTRE, J. M. P. Anais da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**, 1864. Disponível em: <<https://bibliotecafuturo.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/59/11875/ANAIS-DA-PROVINCIA-DE-GOIAS.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

AMADO, J.; ANZAI, L. C. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na Capitania de Mato Grosso**. São Paulo: Versal Editores, 2014.

ANDRADE, K. S.; BASTIANI, C. Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas. **Revista Antares**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

BARBOSA, A. J.; SILVA, R. S. **Duzentos anos de constitucionalismo brasileiro: Constituição de 1891**. Brasília: Senado Federal, 2024.

BEZERRA, A. Acervo online - coleção digitalizada da Comissão Rondon. **Revista de Manguinhos - FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 50-51, out. 2018. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/revistaManguinhos/rm40_afn_0.pdf>. Acesso em 17 jul. 2025.

BEZERRA, A. **Comissão Rondon: acervo histórico disponível online**. Rio de Janeiro: ICICT / FIOCRUZ, 2024. Disponível em: <<https://www.ict.fiocruz.br/noticias/comissao-rondon-acervo-historico-disponivel-online>>. Acesso em 17 jul. 2025.

BEZERRA, S. R. **Mato a dentro: as expedições de viajantes estrangeiros no discurso jornalístico do século XIX em Mato Grosso**. Dourados: INTERCOM, 2008. 14 p.

BOSSI, C. B. **Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2008.

CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARVALHO, F. A. A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Paraty: SBCH, 2011. 17 p.

CARVALHO, F. A. **Entre a palavra e o chão: memória toponímica da Estrada Real**. 2012. 535 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário / OPAN - Operação Anchieta. **Índios em Mato Grosso**. Cuiabá: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai, 1987.

COROMINES, J. **Estudis de toponímia catalana**. Barcelona: Barcino, 1965.

D'ALINCOURT, L. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal, 2006.

DARGEL, A. P. T. P. **Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense**. 2003. 281 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas / FFLCH / USP, 1992.

DISTRITO FEDERAL. **Carta de toda a porção da América meridional**. Disponível em:

<https://www.arquivopublico.df.gov.br/documents/8650635/10204162/03__MI.jpg>.

Acesso em: 23 jul. 2025.

DOMINGUES, C. M. **A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do noroeste**. Rio de Janeiro: ANPUH / UniRio, 2010. 24 p.

ERTZOGUE, M. H.; ZAGALLO, A. D. A.; RAMOS JÚNIOR, D. V. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 42-59, 2018.

FREYRE, G. **Contribuição para uma sociologia da biografia exemplo de Luis de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**. Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

ISQUERDO, A. N. **Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos**. Campo Grande: EdUFMS, 2019.

LOBO, C. M. G. N.; RIBEIRO, H. S. O resgate de histórias e memórias no estudo de alguns topônimos do município de Barra do Garças - MT. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 22, p. 01-26, 2024.

LOBO, C. M. G. N.; RIBEIRO, H. S. Topônimos de alguns municípios da Região Araguaia. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 46, p. 75-88, 2021.

MAGALHÃES, A. A. B. **Impressões da Comissão Rondon**. Rio de Janeiro: Nacional, 1942.

MAGALHÃES, A. A. B. **Pelos sertões do Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1930.

MAGALHÃES, J. V. C. **Viagem ao Araguaya**. São Paulo: Nacional, 1938.

MANIZER, G. G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)**. São Paulo: Nacional, 1967.

MATO GROSSO. **Lei n. 12.399, de 09 de janeiro de 2024 (institui o “Caminho Real”, localizado entre os Municípios de Araguaiana e Cuiabá, como rota turística no âmbito do Estado de Mato Grosso)**. Cuiabá: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2024. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-12399-2024-mato-grosso-institui-o-caminho-real-localizado-entre-os-municipios-de-araguaiana-e-cuiaba-como-rota-turistica-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=plano+de+cargos+e+sal%C3%A1rios>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

NEVES, T. C. **Governo e ilicitudes na Capitania de Mato Grosso: a trajetória de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796)**. 2024. 202 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.

OLIVA, R. A. S. R. **A consolidação e posse da terra na fronteira oeste: Luiz de Albuquerque**. João Pessoa: ANPUH, 2003. 6 p.

OLIVEIRA, L. R.; ISQUERDO, A. N. Toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul: motivações toponímicas e estruturas sintagmáticas. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 58-77, jul./dez. 2017.

PÓVOAS, L. C. **História da cultura mato-grossense**. Cuiabá: Entrelinhas, 1982.

RIBEIRO, L. **Caminho Real: lei define valor histórico de caminho percorrido por D. João VI no Mato Grosso**. Portal Amazônia, 14 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/turismo/caminho-real-lei-define-valor-historico-de-caminho-percorrido-por-d-joao-vi-no-mato-grosso/>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ROHTER, L. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Objetiva, 2019.

SCHNEIDER, M. **Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-matogrossense: a toponímia dos acidentes físicos**. 2002. 173 f. (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2002.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso - da ancestralidade aos dias atuais**, Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, R. J. Experiências das viajantes naturalistas durante o século XIX e as representações do Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.236-255, 2019.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 2, p. 352-373, dez. 2025. ISSN 1981-4089

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, K. F. P. V. **Viagem pelo Brasil entre os anos de 1817 e 1820**. Brasília: Senado Federal, 2017.

TEIXEIRA NETO, A. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 51-68, jan./jul. 2001.

TRUBILIANO, C. A. B. A marcha para oeste e a fronteira sul de Mato Grosso (1937-1945). **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 55-74, 2014.

TRUBILIANO, C. A. B. Em nome da civilização: O Mato Grosso no olhar dos viajantes. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 2, n. 3, p. 33-45, jul./dez. 2012.

ZAMARIANO, M. Cartografia de dados toponímicos no Brasil: perspectiva historiográfica. **Revista do GELNE**, Natal, v. 14, n. especial, p. 77-98, 2012.